



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1900094 - RJ (2021/0169017-4)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
LEONARDO FERREIRA LÖFFLER - RJ148445
ANA FLÁVIA DOS SANTOS RIGOTO FERREIRA - RJ179845
AGRAVADO : PAULO CESAR COUTO PEREIRA
ADVOGADOS : FRANCISCO ERNANI DA SILVA - RJ112749
LEIDIANE DOS SANTOS SOUSA - RJ153731

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 1.066), contra decisão que inadmitiu recurso especial (fls. 1.015-1.025) que, por sua vez, foi apresentado ao acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Requer a parte agravante que o agravo em recurso especial seja recebido com efeito suspensivo, porque a "concessão de efeito suspensivo ao presente Recurso Especial se demonstra como essencialmente impositivo, na medida em que caso assim não ocorra, por certo será inaugural a fase de cumprimento de sentença pela agravada" (fl. 1.066).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte agravante não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente